

Secretaria Municipal da Saúde

Audiência Pública *2º Quadrimestre 2016*



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE
ALMIRANTE TAMANDARÉ**

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

Secretaria de Saúde

Razão Social da Secretaria de Saúde	Prefeitura do Município de Almirante Tamandaré
CNPJ	76.105.659/0001-74
Endereço da Secretaria de Saúde	Rua Cel. João Candido de Oliveira,161 – Centro
CEP	83.501-010
Telefone/FAX	(41) 3131 2350
E-mail	saude@tamandare.pr.gov.br
Site da Secretaria	www.tamandare.pr.gov.br

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

Secretário de Saúde

Nome:	Antonio Roberto Anjos Mansur
--------------	-------------------------------------

Data da posse:	11/08/2015
-----------------------	-------------------

Plano Municipal de Saúde

O Município tem plano de saúde?	Sim
--	------------

Período a que se refere o plano	2014-2017
--	------------------

Status	Aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.
---------------	---

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

Lei Complementar
141/2012

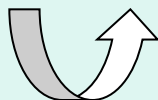
Art. 41. Os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde

Art. 36 O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterà, no mínimo, as seguintes informações:

- I – montante e fonte dos recursos aplicados no período;**
- II – auditorias realizadas ou em fase de execução no período;**
- III – oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.**

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

**A Resolução CNS
nº 459/2012, de
10/10/2012**



**Aprova Modelo Padronizado de
Relatório Quadrimestral de
Prestação de Contas para os
Estados e Municípios,
conforme dispõe o parágrafo
4º do artigo 36 da Lei
Complementar nº 141/2012.**

**(Publicada no DOU de
21/12/2012)**

**Informe no Site do SARGSUS: Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior
(RDQA)**

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

Demonstrativo
do
Montante e Fonte
de Recursos Aplicados

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

A apresentação dos serviços prestados e das receitas e despesas do período representam a avaliação físico-financeira do período, caracterizando a Prestação de Contas da Audiência Pública conforme o artigo 36 da Lei nº 141 de 13/01/2012

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

.....

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

.....

III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Lei Complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012.

Regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 7º Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, **15% (quinze por cento)** da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)	
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	R\$ 14.445.000,00	R\$ 14.445.000,00	R\$ 10.005.613,85		69,27
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.263.517,74		75,45
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	R\$ 2.500.000,00	R\$ 25.000.000,00	R\$ 1.668.523,97		66,74
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	R\$ 5.500.000,00	R\$ 5.500.000,00	R\$ 3.474.849,40		63,18
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	R\$ 2.800.000,00	R\$ 2.800.000,00	R\$ 1.794.900,82		64,10
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 74.167,22		57,05
Divida Ativa dos Impostos	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 495.074,64		353,62
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	R\$ 375.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 234.580,06		62,55
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	R\$ 72.550.000,00	R\$ 72.550.000,00	R\$ 48.085.750,16		66,28
Cota-Parte FPM	R\$ 43.000.000,00	R\$ 43.000.000,00	R\$ 26.702.309,69		62,10
Cota-Parte ITR	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 8.822,75		17,65
Cota-Parte IPVA	R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00	R\$ 7.827.515,57		78,28
Cota-Parte ICMS	R\$ 19.000.000,00	R\$ 19.000.000,00	R\$ 13.271.089,52		69,85
Cota-Parte IPI-Exportação	R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 175.469,39		54,83
Compensações Financeiras Prov. De Imp. E Transf. Constituc.	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 100.543,24		55,86
Desoneração ICMS (LC 87/96)	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 100.543,24		55,86
Outras	R\$ -	R\$ -	R\$ -		0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	R\$ 86.935.000,00	R\$ 86.935.000,00	R\$ 58.091.364,01		66,78

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Quadrimestre (d)		% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	R\$ 5.895.000,00	R\$ 5.895.000,00	R\$ 4.020.814,98		68,21	
Provenientes da União	R\$ 5.476.000,00	R\$ 5.476.000,00	R\$ 3.159.422,66		57,70	
Provenientes dos Estados	R\$ 405.000,00	R\$ 405.000,00	R\$ 783.786,33		193,53	
Provenientes de Outros Municípios	R\$ -	R\$ -	R\$ -		0,00	
Outras Receitas do SUS	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 77.605,99		554,33	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADOS A SAÚDE	R\$ -	R\$ -	R\$ -		0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.606,03		260,60	
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	R\$ 5.896.000,00	R\$ 5.896.000,00	R\$ 4.023.421,01		68,24	
DESPESAS COM SAÚDE						
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Quadrimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	R\$ 22.676.470,00	R\$ 23.576.956,99	R\$ 17.481.812,00	74,15	R\$ 17.151.963,95	72,75
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 9.568.870,00	R\$ 8.174.370,00	R\$ 6.491.606,49	79,41	R\$ 6.491.606,49	79,41
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0	R\$ -	0
Outras Despesas Correntes	R\$ 13.107.600,00	R\$ 15.402.586,99	R\$ 10.990.205,51	71,35	R\$ 10.660.357,46	69,21
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 188.500,00	R\$ 269.357,25	R\$ 155.713,63	57,81	R\$ 154.888,63	57,5
Investimentos	R\$ 188.500,00	R\$ 269.357,25	R\$ 155.713,63	57,81	R\$ 154.888,63	57,5
Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 188.500,00	R\$ 269.357,25	R\$ 155.713,63	57,81	R\$ 154.888,63	57,50
Amortização da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	R\$ 22.864.970,00	R\$ 23.846.314,24	R\$ 17.637.525,63	73,96%	R\$ 17.306.852,58	72,58%

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

DESPESAS COM SAÚDE						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Quadrimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
DESPESA COM ASSIST. A SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER.	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	R\$ 2.405.000,00	R\$ 3.045.386,99	R\$ 640.431,66	3,63	R\$ 632.439,16	3,65
Recursos de Transferências do SUS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
Recursos de Operações de Crédito	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
Outros Recursos	R\$ 2.405.000,00	R\$ 3.045.386,99	R\$ 640.431,66	3,63	R\$ 632.439,16	3,65
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
RESTOS/CONTAS A PAGAR INSCRITOS NO EXERC. SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.190.342,12	12,42	R\$ 2.190.342,12	12,66
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.407,75	0,01	R\$ 1.407,75	0,01
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	R\$ 2.405.000,00	R\$ 3.045.386,99	R\$ 2.832.181,53	16,06	R\$ 2.842.189,03	16,32
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	R\$ 20.459.970,00	R\$ 20.800.927,25	R\$ 14.805.344,10	57,90	R\$ 14.482.663,55	56,26
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%						24,93
VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(IIIb * 15%) - VI]						-5.768.958,95

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS /PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	R\$ -	R\$ 1.407,75	-R\$ 1.407,75

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
Diferença de limite não cumprido em 2015	R\$ -	R\$ -	R\$ -

DESPESAS COM SAÚDE (por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			ATÉ O QUADRIMESTRE	% (f) / total (f)	ATÉ O QUADRIMESTRE	% (f) / total (f)
Atenção Básica	R\$ 21.378.070,00	R\$ 21.397.564,24	R\$ 17.354.372,53	98,39	R\$ 17.043.232,88	98,48
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 11.000,00	R\$ 15.650,00	R\$ 14.643,63	0,08	R\$ 14.643,63	0,08
Suporte Profilático e Terapêutico	R\$ 540.000,00	R\$ 540.000,00	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
Vigilância Sanitária	R\$ 390.700,00	R\$ 474.700,00	R\$ 170.486,57	0,97	R\$ 170.486,57	0,99
Vigilância Epidemiológica	R\$ 545.200,00	R\$ 418.400,00	R\$ 98.022,90	0,56	R\$ 78.489,50	0,45
Alimentação e Nutrição	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
Outras Subfunções	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00	R\$ -	0,00
TOTAL	R\$ 22.864.970,00	R\$ 22.846.314,24	R\$ 17.637.525,63	100	R\$ 17.306.852,58	100,00

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

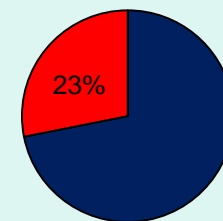
REDE FÍSICA
DE
SERVIÇOS DE SAÚDE
PRÓPRIOS
E
PRIVADOS

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR TIPO DE GESTÃO

TIPO DE ESTABELECIMENTO	TIPO DE GESTÃO		
	TOTAL	MUNICIPAL	ESTADUAL
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	6	6	0
UNIDADE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	6	6	0
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE 12 HORAS	1	1	0
UNIDADE ODONTOLÓGICAS	2	2	0
PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS	1	1	0
CENTRO DE ESPECIALIDADES	1	1	0
CENTRO TRIAGEM E ACONSELHAMENTO DST/AIDS	1	1	0
CAPS II	1	1	0
CENTRAL DE REGULAÇÃO (CONSULTAS E EXAMES)	1	1	0
CENTRAL DE AMBULÂNCIAS	1	1	0
SECRETARIA DE SAÚDE	1	1	0
COORDENAÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA E ESF	1	1	0
LABORATÓRIOS	4	0	4
CLINICAS DE FISIOTERAPIAS	4	0	4
SERVIÇOS DE ENDOSCOPIA	1	0	1
TOTAL	32	23	9

■ MUNICIPAL ■ ESTADUAL

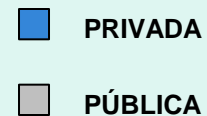
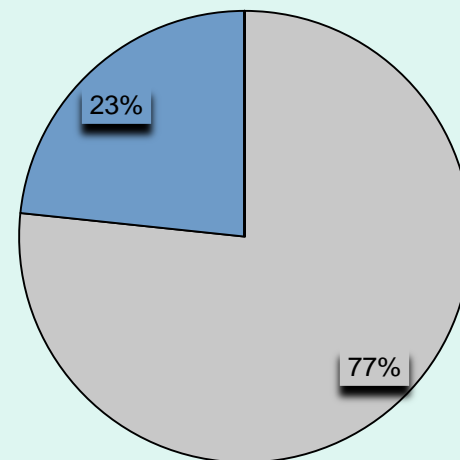


77%

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR ESFERA ADMINISTRATIVA

ESFERA ADMINISTRATIVA (GERÊNCIA)	TIPO DE GESTÃO		
	TOTAL	MUNICIPAL	ESTADUAL
ESTADUAL	0	0	0
MUNICIPAL	23	23	0
PRIVADA	9	0	9
TOTAL	32	23	9



Fontes: SMS e SCNES - Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

PRODUÇÃO DOS

SERVIÇOS DE

SAÚDE

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

Consultas e Outros Procedimentos da Atenção Básica, Especialidades, Pronto Atendimento 24 Horas e CAPS II

	CONSULTAS MÉDICAS	CONSULTAS OUTROS PROFISSIONAIS	VISITAS DOMICILIARES NIVEL SUPERIOR	VISITAS DOMICILIARES ACS*	COLETAS DE EXAMES PREVENTIVOS
UBS E UESF	34.013		540	19.012	964
CENTRO ESPECIALIDADES	4.289	1.008			
PA 24 HORAS	28.779	28.709			
CAPS II	291	1.383			
TOTAL PROCESSADO	67.362	31.100	540	19.012	964

* a partir de julho/2014 implantação do novo programa e-SUS (diminuição do número de visitas dos ACS devido ao novo cadastramento da população).

Além da produção acima, foram processados: **374.518** Procedimentos de Enfermagem

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

Atendimentos Odontológicos e Serviços de Atendimentos da Central de Ambulâncias

	ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS 1ª CONSULTA	PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS	APLICAÇÃO TÓPICA DE FLUOR	EXAME BUCAL E ESCOVAÇÕES SUPERVISIONADAS E ORIENTAÇÕES EM SAÚDE BUCAL
UBS, UESF e UO	483	1.702	-	
ESCOLAS E CRECHES			423	630
TOTAL PROCESSADO	483	1.702	423	630

Serviço de Atendimentos da Central de Ambulâncias: Foram realizados 3.560 atendimentos

Audiência Pública –2º Quadrimestre 2016

EXAMES PROCESSADOS NAS UNIDADES

EXAME	QTDE
ELETROCARDIOGRAMAS	333
ENDOSCOPIA	220
PREVENTIVOS DO COLO UTERINO	964
ULTRASSONOGRAFIAS	892

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

CENTRAL DE REGULAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES

CONSULTAS	QTDE
ALERGISTA	12
AUDIOMETRIA TONAL	191
CANCEROLOGIA	76
CARDIOLOGISTA	940
CIRURGIA BARIATRICA	76
CIRURGIA GERAL	377
CIRURGIA GINECOLÓGICA	11
CIRURGIA PEDIATRICA	77
CIRURGIA PLÁSTICA	00
CIRURGIA TORÁCICA	00
COLONOSCOPIA	26
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	00
DERMATOLOGIA	312
ENDOCRINOLOGIA	3
GASTRO	35
HEMATOLOGIA ADULTO E PEDIAT.	22

CONSULTAS	QTDE
IMITANCIOMETRIA	148
LAQUEADURA	31
LOGOAUDIOMETRIA	147
MASTOLOGIA	22
MEDICINA DO TRABALHO	00
NEFROLOGIA	52
NEUROCIRURGIA	29
NEUROLOGIA	500
NUTRIÇÃO	00
OBSTETRICIA DE RISCO	25
OFTALMOLOGIA	990
ORTOPEDIA	1.182
ORTESE/PROTESE	0
OTORRINO hospitalar	75
OTORRINO município	724
PNEUMO	29
VASCULAR	171

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

CENTRAL DE REGULAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES

CONSULTAS	QTDE
PROCTOLOGISTA	255
PSICOLOGIA INFANTIL	00
REUMATOLOGISTA	93
UROLOGIA LITIASE URINÁRIA	2
UROLOGIA	371
VASECTOMIA	58

EXAMES	QTDE
ECOGRAFIA DE MAMA	315
ELETROENCEFALO	10
COLPOSCOPIA	27
MAMOGRAFIA	454
TOMOGRAFIA	208
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	86
EXAMES LABORATORIAIS	328.570
FISIOTERAPIAS	2409
OUTROS (RX, ECG e ECOGRAFIA)	5.157

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

CTA - CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO Programa/DST AIDS E HEPATITES VIRAIS

MESES	MAIO	JUN	JUL	AGO	TOTAL
PRÉ TESTE	47	65	88	97	297
PÓS TESTE	47	65	88	97	297
ORIENTAÇÕES	30	66	66	94	256
MARCAÇÃO DE CONSULTAS	25	27	53	26	131
EXAMES	61	25	15	28	129
PRESERV MASCULINO	11.304	24.230	22.938	6.516	64.985
PRESERV FEMININO	274	114	450	248	1086
CONS INFECTO	30	31	37	37	135
PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM	77	96	125	134	432
ACÕES EXTRAMUROS	0	3	3	2	8
CAMPANHAS INTINERANTES	0	2	3	4	9
TESTES REALIZADOS	188	253	388	540	1.380
PESSOAS ALCANÇADAS	754	1.110	1.295	994	4.153
Fonte: CTA/Secretaria Municipal de Saúde					

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

OUVIDORIA MUNICIPAL **Decreto nº 999, de 22 de junho de 2015.**

TOTAL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA OUVIDORIA	
Tipo de Atendimento	Quantidade
Reclamações	100
Solicitações	102
Denúncias	12
Elogios	2
TOTAL	216

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

REIVINDICAÇÕES POR UNIDADES DE SERVIÇO

UNIDADE DE SAÚDE	REIVINDICAÇÕES
CAPS II	1
PA 24 HORAS	11
US ROSANA	0
US CACHOEIRA	10
UESF LAMENHA	3
UESF ROMA	3
UESF TAMBOARA	11
UESF TANGUÁ	7
US TRANQUEIRA	13
US SÃO JOÃO BATISTA	0
US SEDE	11
UESF SÃO VENÂNCIO	5
UESF PARAÍSO	7
CENTRAL DE AMBULÂNCIAS	1
TOTAL	83

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

REIVINDICAÇÕES POR UNIDADES DE SERVIÇO

UNIDADE DE SAÚDE	REIVINDICAÇÕES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	8
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	15
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	1
OUTROS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	4
CMAE	1
CENTRAL DE MARCAÇÕES	31
OUVIDORIA	62
HOSPITAL DE CLÍNICAS	1
HOSPITAL EVANGÉLICO	1
HOSPITAL ANGELINA CARON	2
HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE	1
PRESTADORES	1
NUTRIÇÃO	3
UPA MATRIZ – CRE KENNEDY	2
TOTAL	133

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A Portaria GM/MS nº 1.555, de 30 de julho de 2013,
estabelece a aplicação mínima dos seguintes valores monetários/habitante/ano:
R\$ 5,10 pela União; R\$ 2,36 pelos Estados e R\$ 2,36 pelos Municípios na Atenção Básica.

Unidades da Rede

Existe dispensação de medicamentos em todas as Unidades de Saúde do Município.

Valores investido no quadrimestre:

Recursos Federais: R\$232.435,86

Recursos Estaduais: R\$164.661,11

Recursos Municipais: R\$200.071,71

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Medicamentos manipulados

R\$1.895,40

Demandas administrativas e judiciais

Lei Municipal 1.721, de 04 de setembro de 2013

R\$20.000,00

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

PROGRAMA DE DIETAS ESPECIAIS

Usuários atendidos

MESES	MAIO	JUN	JUL	AGO
	55	54	44	40

Valor Gasto no Quadrimestre:

R\$ 58.825,48

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

REUNIÕES ORDINÁRIAS: 3 (três)

25/05/2016

29/06/2016

27/07/2016

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS: 3 (três)

23/05/2016

15/07/2016

16/08/2016

Fonte: Conselho Municipal de Saúde

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

INDICADORES DE SAÚDE

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

INDICADORES	META ANUAL	META 1º QUADRIM.	RESULTADO 1º QUADRIMESTRE	RESULTADO 2º QUADRIMESTRE	RESULTADO 3º QUADRIMESTRE
PENTAVALENTE	1.923	641	84,95%	84,86%	
BCG			91,54%	86,11%	
POLIOMIELITE			72,41%	84,03%	
PNEUMOCÓCICA			87,33%	91,52%	
ROTAVIRUS			84,33%	92,97%	
MENINGOCÓCICA			81,82%	80,08%	
CAMPANHA INFLUENZA	-		-	88,03%	-

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância em Saúde

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

NOTIFICAÇÕES

EVENTOS	1°		2°		3°	
	QUADRIMESTRE		QUADRIMESTRE		QUADRIMESTRE	
	NOTIF.	CONF.	NOTIF.	CONF.	NOTIF.	CONF.
Acidente por animais peçonhentos	61	61	26	26		
Antirrábica	60	60	39	39		
Coqueluche	0	0	4	0		
Exantemática/sarampo/rubéola	1	0	2	0		
Hepatites virais	5	5	5	5		
Leptospirose	10	3	7	2		
Meningite	7	6	7	6		
Sífilis congênita	6	6	11	11		
Sífilis gestante	7	7	11	11		
Sífilis não especificada	7	7	8	8		
Toxoplasmose	1	1	1	1		
Varicela	13	13	41	41		
Violência	65	0	156	156		
Total	264	185	318	306		

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância em Saúde

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

EVENTOS	1º QUAD.	2º QUAD.	3º QUAD.
Visitas domiciliares para investigação de casos em geral efetivadas pelos profissionais da Vigilância em Saúde	240	250	
Reuniões/Capacitações/2ª RSM de Curitiba	18	15	
Reunião/Dengue	2	2	
Remessas de materiais biológicos exames para o LACEN	19	18	
Remessa documentos ao Ministério da Saúde	2	2	
Reunião/remessa de documentos a SESA	6	7	
Trat. Direto - Obs. Tuberculose demanda espontânea	100%	100%	

DEMAIS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

EVENTOS	1°		2°		3°	
	QUADRIMESTRE		QUADRIMESTRE		QUADRIMESTRE	
	OCOR.	INVES.	OCOR.	INVES.	OCOR.	INVES.
PROPORÇÃO DE ÓBITOS INFANTIS E FETAIS INVESTIGADOS	8	50%	9	0		
PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNOS INVESTIGADOS	1	100%	0	0		
PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	12	100%	11	81%		
Nº DE ÓBITOS POR DENGUE	0	0	0	0		

Observação: a porcentagem se refere as quantidade de investigações com relação as ocorrências.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância em Saúde

TRATAMENTO DIRETAMENTO OBSERVADO – TUBERCULOSE

EVENTOS	1º QUAD.	2º QUAD.	3º QUAD.
PACIENTES EM TRATAMENTO	18	14	
PAC. QUE DERAM INÍCIO AO TRATAMENTO	4	8	
PAC. QUE RECEBERAM ALTA POR CURA	11	2	
ÓBITO	0	0	
TRANSFERÊNCIAS	2	2	
BAAR DE CONTROLE	33	32	
BAAR DE SINTOMÁTICO RESPIRATÓRIO = +	60	87	
ACOMPANHAMENTO DE INFECÇÃO LATENTE TB	5	1	
VISITAS PARA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTO	873	790	
TOTAL DE ABANDONO	0%	0%	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância em Saúde

VIGILÂNCIA AMBIENTAL

INDICADOR DENGUE	1°	2°	3°
	QUADRIMESTRE	QUADRIMESTRE	QUADRIMESTRE
	14.084	14.084	
LIA - Levantamento de Índice	8.152	6.683	
PE - Pesquisa em pontos Estratégicos (42)	85	72	
LI+T - Levantamento de índice mais tratamento	1.320	475	
Tratamento	796	107	
DF - Delimitação de focos	1.285	61	
PVE - Pesquisa vetorial especial	184	6	
	Índice de Infestação Predial		
Aegypti	0,04%	0,19%	
Albopictus	0,06%	0,07%	

Meta anual – 42.253 visitas – 100% dos domicílios.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância em Saúde

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

Serviço de Vigilância Sanitária Municipal. Criado pela Lei nº 1.803, de 31 de outubro de 2015.

Código de Saúde do Paraná, Lei nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, que “Dispões sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no Estado do Paraná”, regulamentada pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que “Regula a organização do Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná, estabelece normas de promoção, proteção e recuperação da saúde e dispõe sobre as infrações sanitárias e respectivo processo administrativo”.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Serviços de Saúde

Decreto 5.711, de 23 de maio de 2002 que Regula a Organização do Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná, estabelece normas de promoção, proteção e recuperação da saúde e dispõe sobre as infrações sanitárias e respectivo processo administrativo.

Art. 413. Consideram-se estabelecimentos de assistência à saúde ou estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, empresas e/ou instituições públicas ou privadas, que tenham por finalidade a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo ou prevenção da doença, tais como: hospitais, clínicas e consultórios de qualquer natureza, ambulatórios, laboratórios, bancos de sangue, de órgãos, de leite e congêneres, acupuntura, veículos para transporte e pronto atendimento de pacientes e postos de saúde, dentre outros.

AÇÕES/EVENTOS	1º QUAD.	2º QUAD.	3º QUAD.
Laboratórios de análises clínicas	1	2	
Estabelecimentos odontológicos	3	3	
Comunidades terapêuticas	1	1	
Consultórios médicos e de outros profissionais de saúde sem procedimentos invasivos	0	1	
Serviços de diagnóstico por imagem	0	1	

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Serviços de Interesse à Saúde

Art. 444. Entende-se por serviços de interesse à saúde ou estabelecimentos de interesse à saúde, o local, a empresa, a instituição pública ou privada, e/ou atividade exercida por pessoa física ou jurídica, que pelas características dos produtos e/ou serviços ofertados, possam implicar em risco à saúde da população e à preservação do meio ambiente.

Alimentos para o Consumo Humano

Art. 366. As ações de controle sanitário de alimentos, dar-se-ão sobre todos os tipos de alimentos, matérias-primas, coadjuvantes de tecnologia, processos tecnológicos, aditivos, embalagens, equipamentos, utensílios e também quanto aos aspectos nutricionais.

Parágrafo único. As ações de controle sanitário de alimentos dar-se-ão em todas as fases, da produção ao consumo de alimentos, inclusive, sobre transportes, serviços, e atividades relacionadas à alimentação e nutrição.

AÇÕES/EVENTOS	1º QUAD.	2º QUAD.	3º QUAD.
Óticas, serviços de prótese, salões de beleza, tatuagens, academias, desinsetizadoras, funerárias, casas de apoio, lavanderias, farmácias, distribuidoras de medicamentos, de cosméticos, de domissanitários e outros	12	31	
Estabelecimentos de ensino	3	21	
Indústrias, distribuidoras, transportadoras, comércios sem preparo, feiras e demais empresas de alimentos	24	37	
Serviços – restaurantes, lanchonetes, panificadoras, cantinas, pizzarias e demais	21	13	

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Atividades de Inspeção em Vigilância Ambiental em Saúde

Art. 90. Constitui finalidade das ações de saúde ambiental, o enfrentamento dos problemas ambientais e ecológicos, de modo a serem sanados ou minimizados a fim de não representarem risco à vida, levando em consideração aspectos da economia, da política, da cultura e da ciência e tecnologia, com vistas ao desenvolvimento sustentado, como forma de garantir a qualidade de vida e a proteção ao meio ambiente.

Art. 156. As atividades de Vigilância Ambiental em Saúde, compreendem o conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e entidades públicas relativos a vigilância ambiental em saúde, visando o conhecimento e a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos relacionados às doenças e outros agravos à saúde.

AÇÕES/EVENTOS	1º QUAD.	2º QUAD.	3º QUAD.
Locais com fins de lazer ou religiosos, lavanderias, piscinas, soluções alternativas de água	1	1	
Inspeções de Habite-se	13	24	
VIGISSOLO – um cadastro ao ano	0	0	

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Saúde do Trabalhador

Art. 101. A Vigilância em Saúde do Trabalhador compõe um conjunto de práticas sanitárias, articuladas supra-setorialmente, e compreende uma atuação contínua e sistemática, ao longo do tempo, no sentido de detectar, identificar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionados aos processos e ambientes do trabalho, em seus aspectos tecnológicos, social, organizacional, epidemiológico, com a finalidade de planejar, executar e avaliar intervenções sobre estes aspectos, de forma a eliminá-los ou controlá-los.

Fiscalização de uso de produtos fumígenos.

Lei Estadual 16.239, de 29 de setembro de 2009.

Estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 24, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos, conforme especifica e adota outras providências.

Art. 7º. Compete ao órgão estadual de vigilância sanitária a fiscalização do cumprimento desta lei, pelos estabelecimentos aqui referidos, aplicando-se as sanções previstas nesta lei, sem prejuízo daquelas previstas na [Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977](#).

AÇÕES/EVENTOS	1º QUAD.	2º QUAD.	3º QUAD.
Inspeções, visitas, atividades educativas, notificações diagnósticos, denúncias e investigações	29	32	
Fiscalização de produtos fumígenos	142	158	

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Atividades Laboratoriais

Outras atividades relacionadas à Vigilância Sanitária

AÇÕES/EVENTOS	1º QUAD.	2º QUAD.	3º QUAD.
Coletas de água – VIGIÁGUA	67	109	
Outras atividades de coleta e envio de amostras	6	3	
Atendimentos a reclamações e denúncias	75	78	
Análise de Projetos arquitetônicos	25	15	
Aprovação de projetos arquitetônicos	2	0	
Licenciamento de estabelecimentos sujeitos à Vigilância sanitária	31	42	
Licenciamento de serviços de alimentação	45	50	
Processos e medidas administrativas	3	2	

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

RAG

Relatório Anual
de Gestão

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

O Relatório Anual de Gestão, de acordo com as Portarias nº 3.085/GM e nº 3.332/GM, é o instrumento de planejamento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde, apurados com base no conjunto de ações, metas e indicadores desta, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários ao Plano de Saúde e às Programações seguintes.

Constitui-se no instrumento de comprovação da aplicação dos recursos repassados do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 1 – Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde.

Objetivo 1.1 – Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso da atenção básica.

	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	META	% ATINGIDO
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de atenção básica.	45%	45%	70%	64,3%
Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.	0%	34% (01ª vigência)	70%	49%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Primária

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 1 – Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde.

Objetivo 1.1 – Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso da atenção básica.

	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	META	% ATINGIDO
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de saúde bucal.	22%	22%	22%	100%
Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada.	-	-	4%	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Primária

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 1 – Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde.

Visitas Domiciliares

	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	META	% ATINGIDO
Visitas ACS	3.960	19.012	18.000	106%
Visitas Enfermeiro	235	270	-	-
Visitas Médicos	104	270	-	-

Observação: Metas apenas para ACS (meta por ACS 150 visitas mensais – maio/2016 13 ACS novos) – Visitas dengue (maio e junho)

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 2 – Aprimoramento da Rede de Atenção às Urgências, com expansão e adequação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), de serviços de saúde.

Objetivo 2.1 – Implementação da Rede de Atenção às Urgências

	1º QUADRIMEST RE	2º QUADRIMEST RE	META	% ATINGIDO
Número de Unidades de Saúde com Serviço de notificação de violência	12	12	12	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância em Saúde

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 3 – Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementação da “Rede Cegonha”, com ênfase nas áreas e populações.

Objetivo 3.1 – Fortalecer e ampliar as ações de Prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno do Câncer de Mama e de útero

	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTR E	META	% ATINGIDO
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos.	0,14 1.181 (número absoluto)	0,25 964 (número absoluto)	0,65	38%
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária.	0,15 507 (número absoluto)	0,22 244 (número absoluto)	0,40	55%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Primária

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 3 – Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementação da “Rede Cegonha”, com ênfase nas áreas e populações.

Objetivo 3.2 – Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolução

	1º QUAD	2º QUAD	META	% ATINGIDO
Proporção de parto normal.	59,33%	59,6%	62%	95,69%
Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.	59,5%	61,59%	70%	85%
Número de testes de sífilis por gestante.	2	3	3	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância em Saúde

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Objetivo 3.2 – Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolução

	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	MET A	ATIN GID O	% ATIN GID O
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	0	0				-
Taxa de mortalidade infantil.	Avaliação anual	Avaliação anual	Avaliação anual	12		-
Proporção de óbitos infantis e fetais investigados.	8/4	3/0		80%	-	100%
Proporção de óbitos maternos investigados.	0	0		100%	-	100%
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados.	12	11/9		90%	-	100%
Nº de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade.	6	11		15		-

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 5 – Garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento de ações de promoção e prevenção.

	META	ATINGIDO	% ATINGIDO
Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doentes crônicos do aparelho circulatório e do aparelho respiratório, câncer e diabetes).	392	AVALIAÇÃO ANUAL	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância em Saúde

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 7 – Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Objetivo 7.1 – Fortalecer a promoção e vigilância em saúde.

	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	META	% ATINGIDO
Proporção de vacinas do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançadas.	SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM MANUTENÇÃO	11%		95%	
Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Avaliação anual	Avaliação anual	Avaliação anual		75%
Proporção de exame anti-hiv realizados entre os casos novos de tuberculose.	5	5/100%		80%	100%

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 7 – Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Objetivo 7.1 – Fortalecer a promoção e vigilância em saúde.

	META	% ATINGIDO
Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	87%	90,30%
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação	100%	88%
O município tem casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados.	SIM	

* Dados preliminares

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância em Saúde

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 7 – Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Objetivo 7.1 – Fortalecer a promoção e vigilância em saúde.

	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	META	% ATINGIDO
Percentual de municípios que executam as ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios.	Avaliação Anual	Avaliação Anual	Avaliação Anual	100	
Nº de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	0	0		0	
Nº de testes sorológicos anti-HCV realizados.	4	4			

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 7 – Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Objetivo 7.1 – Fortalecer a promoção e vigilância em saúde.

	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE	META	% ATINGIDO
Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Avaliação Anual	Avaliação Anual	Avaliação Anual	86%	
Proporção de contatos intradomiciliares de casos novos de hanseníase examinados.	Avaliação Anual	Avaliação Anual	Avaliação Anual	73%	
Proporção de imóveis visitados em pelo menos 4 ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue.	SEM SISTEMA	25,29%		33%	

RAG – RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

Diretriz 7 – Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Objetivo 7.2 – Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais com ênfase no Programa de aceleração do crescimento.

	1º QUADRI MESTRE	2º QUADRI MESTRE	3º QUADRI MESTRE	META	% ATINGIDO
Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Coliformes Totais = 67 Cloro = 67 Turbidez = 67	Coliformes Totais = 109 Cloro = 109 Turbidez = 109	Coliformes Totais = Cloro = Turbidez =	176	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância em Saúde

Audiência Pública – 2º Quadrimestre 2016

Obrigado!

Antonio Roberto Anjos Mansur
Secretário Municipal da Saúde